

divisão de responsabilidades entre os governos federal, estaduais e municipais. Além disso, foi estabelecida uma parceria com o setor privado, envolvido desde o planejamento até a execução e avaliação dos resultados, qualidade da vacina e o conseqüente ganho na proteção dos animais e aplicação do conceito de sanidade animal para a eliminação de focos.

TODA A CADEIA

O envolvimento de todos os setores da cadeia produtiva da pecuária é fundamental para alcançar a erradicação da febre aftosa do País, assim como a parceria com autoridades e entidades dos demais países da América do Sul e da América do Norte – que já erradicou a doença – é necessária para eliminar a doença de todo o continente americano. Da mesma forma, a qualidade das vacinas contra a aftosa, produzidas no Brasil, sua total rastreabilidade e o controle realizado pelos laborató-

rios e pelo MAPA ganham reconhecimento internacional.

Ao término do encontro, ficou definido que os países da América do Sul necessitarão de recursos suplementares de US\$49 milhões, em cinco anos, para a Erradicação da Febre Aftosa, a fim de fortalecer seus programas nacionais de combate à doença. Os recursos serão destinados para ações em regiões de risco desconhecido na Amazônia e no Nordeste, em projetos bi ou trinacionais de fronteira. Os recursos serão distribuídos entre a região Andina, Cone Sul, Sub-Região Amazônica e no Brasil não Amazônico.

A missão norte-americana também participou de reuniões na sede do Centro Panamericano de Febre Aftosa (Panaftosa), no Rio de Janeiro e na Confederação Nacional da Agricultura (CNA), em Brasília. O grupo visitará Paraguai, Bolívia e Equador, onde verificarão in loco a pré-disposição e as condições desses países para a erradicação da aftosa até 2010, como é desejado pelo GIEFA. ■

SUÍNO



Cenário menos favorável

Fernando Antônio Pereira*

A produção de suínos passou por um período favorável de rentabilidade, desde o segundo semestre de 2003, devido à recuperação dos preços do cevado, após a forte crise enfrentada em 2002 e em parte de 2003, período em que houve redução dos plantéis produtivos e, conseqüentemente, a oferta caiu e os preços se recuperaram.

Contudo, esse período favorável aos suinocultores não coincide com a melhoria da competitividade da carne suína no mercado interno. Ao contrário, a elevação dos seus preços reduziu o consumo *per capita*. Houve perda de competitividade com as car-

Foco da doença em Corrientes traz perdas à Argentina

No início de fevereiro, um foco de febre aftosa foi detectado na Província de Corrientes, no Nordeste da Argentina. Para eliminar o foco, as autoridades sanitárias daquele país utilizaram o chamado "rifile sanitário", sacrificando cerca de 800 cabeças. A volta da febre aftosa provocou a suspensão preventiva de importações de carne bovina por cerca de 10 países.

Segundo os analistas do mercado, os embargos internacionais à carne argentina, devido ao foco de aftosa, poderão acarretar perdas entre US\$250 milhões e US\$ 500 milhões. O presidente da Sociedade Rural Argentina, José Miguens, declarou que os produtores perderão US\$100 milhões por mês por causa da aftosa.





nes concorrentes, a bovina e a de aves, cujos preços ao consumidor se mantiveram substancialmente mais baixos.

Para 2006, as projeções de aumento de produção já apontavam, há alguns meses, uma tendência de preços mais baixos, e, por isso, margens mais reduzidas para o suinocultor, tendo em vista que o crescimento das exportações e a recuperação do

consumo interno não deveriam ocorrer na mesma intensidade.

No entanto, no final de 2005 e no início de 2006, ocorreu uma depreciação dos preços do animal para abate num nível praticamente imprevisível, em decorrência dos fatos e movimentos especulativos associados aos focos de febre aftosa em bovinos no Mato Grosso do Sul e no Paraná, que resultaram em suspensão total ou parcial das importações de carne bovina e suína brasileira por diversos países.

Um dos fundamentos que provocaram a forte baixa de preço durante o mês de janeiro, notadamente nos mercados não integrados, foi o conhecido "efeito manada". Temendo quedas adicionais de preços, muitos produtores anteciparam a venda de seus cevados, o que resultou numa maior oferta, aceleração da queda de preço e redução do peso médio de abate.

BARREIRAS

Na tentativa de vislumbrar o cenário de 2006 para a suinocultura, é preciso entender o desdobramento das atuais barreiras impostas às exportações de carne suína e bovina brasileiras. Há um forte predomínio de opiniões (entidades oficiais, exportadores e outros especialistas do

setor), e as restrições estarão solucionadas até o mês de março. Com isso, a exportação ficará em volume semelhante ao de 2005, ou até algo entre 5 e 10% acima. A própria ABIPECS, entidade que congrega as empresas exportadoras, acena com a possibilidade de um incremento de 5 a 10% sobre o volume exportado em 2006 (625 mil toneladas). Se isso se confirmar, a partir do segundo trimestre, a oferta interna de carne suína já estará praticamente "descolada" da atual influência do episódio da aftosa.

As perdas sofridas pelos produtores nesse primeiro trimestre – que não foram poucas –, infelizmente, tendem a não ser compensadas *a posteriori*, pois não existe indicativo de que possa haver uma "importação compensatória" para repor o que não foi exportado durante esse período de embargo.

O peso de abate aquém do normal, deste início de ano, em praticamente todas as regiões produtoras, minimiza pressões de baixa durante o segundo trimestre. Contudo, o período entre março e maio se caracteriza tipicamente por preços mais baixos do que no restante do ano, como resultado da redução de consumo durante a quaresma e menor poder aquisitivo da população, dentre outros fatores sazonais. Devido a isso, se espera alguma recomposição de preços em relação ao pico de baixa ocorrido no mês de janeiro, mas existe pouca chance de uma recuperação expressiva, pois, além de se tratar de um período de consumo mais baixo, há ainda a coincidência, neste ano de 2006, de uma oferta muito generosa de carne bovina e de aves para o mercado interno.

De acordo com o panorama mais amplo do tripé que determina a rentabilidade da carne suína – a oferta, a demanda (interna e exportação) e o custo –, pode-se constatar que, neste ano de 2006, provavelmente, a demanda é o componente no qual se deve debitar maior expectativa de reação ou, pelo menos, no qual existe maior potencial para o setor buscar uma melhoria de rentabilidade.

OFERTA

Desde o final de 2004, a produção brasileira de carne suína vem aumentando, devido à retomada da expansão dos plantéis. Esse processo acelerou em 2005, particularmente, no segundo semestre, quando chegou ao mercado um volume mais expressivo de cevados oriundos de expansões no alojamento de matrizes, a partir do segundo semestre de 2004.

O volume de suínos abatidos em 2005 atingiu níveis um pouco superiores aos de 2002, recuperando-se da forte queda decorrente da crise do setor, entre 2002 e 2003. Isto é exemplificado no gráfico a seguir, que traz o volume de abate na região sul, que responde por mais de 65% do total de abate brasileiro sob inspeção federal.

Além disso, está bastante claro que a expansão da produção não chegou ainda ao seu ápice. Pelo contrário, há indícios fortes de um aumento importante da produção em 2006, como fruto das ampliações de plantéis, ocorridas durante o ano de 2005. Um interessante indicador disso é o elevado número de registros genealógicos realizados pela ABCS e suas afiliadas, neste ano, conforme mostra o gráfico seguinte.

Em síntese, não resta dúvida de que haverá uma maior oferta de suínos para abate em 2006. A magnitude desse aumento varia enormemente entre as várias estimativas publicadas no mercado, pois existe uma grande deficiência qualitativa e quantitativa de informações que possibilitem trabalhar com maior precisão nessa análise. Acredito, contudo, que deverá haver um aumento de 5 a 7% no volume de animais abatidos em 2006, em relação a 2005. A correspondência desse aumento do número de cabeças abatidas com o volume, em toneladas, de carne suína ofertada ao mercado dependerá do peso médio de abate. A tendência, por enquanto, com a derrocada dos preços durante o mês de janeiro, é de que se tenha um peso médio de abate, em 2006, inferior ao de 2005. Se isso prevalecer, amenizará o aumento de oferta durante o ano.

CUSTOS

O custo de produção de suínos é, principalmente, determinado pelo custo da ração, que responde, em média, por 75 a 80% do custo total. E o principal componente do custo da ração é o custo dos grãos, com grande destaque para o farelo de soja e para o milho.

O histórico de anos anteriores

demonstra que fevereiro não é um mês que permite uma aferição conclusiva de qual será a produção de grãos do ano safra em curso. Entretanto, a partir do que se pode vislumbrar nesse momento, não há previsão de que possa ocorrer alguma pressão relevante do custo dos grãos. Pelo contrário, a maioria dos especialistas trabalha com estimativas de custo até um pouco inferiores ao que

se verificou em 2005, principalmente, durante o primeiro semestre. Assim, salvo algum imprevisto nos próximos meses, a disponibilidade e o custo de matéria-prima para a produção de rações não deverão preocupar os produtores de suínos durante este ano. Por outro lado, se em 2006 ocorrer uma queda significativa de preço dos grãos, principalmente do milho, pode-se incorrer em sério risco para o seu abastecimento e preço em 2007. Isso porque o produtor já convive com margens críticas nos últimos tempos e os mecanismos de importação regular desse produto ainda estão emperrados por barreiras legais associadas a produtos transgênicos, que correspondem à grande parte do milho produzi-

do pelos principais fornecedores potenciais: Argentina e Estados Unidos.

A projeção para 2006, salvo ocorrências imprevistas, é de que se tenha um custo médio de ração no máximo igual ao de 2005, prevalecendo a estimativa de um custo entre 5 e 10% inferior, na média do ano.

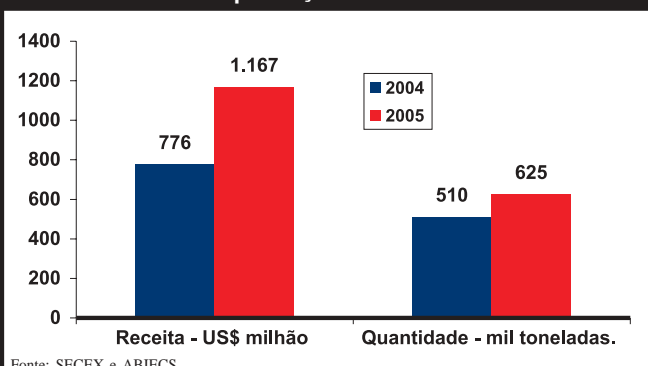
DEMANDA

Apesar do impacto negativo das restrições às exportações, neste início de ano, é possível que o Brasil, em 2006, consiga exportar um volume semelhante ao que foi exportado em 2005, ou até um pouco mais, conforme já foi comentado. Entretanto, não se vislumbra a possibilidade de um salto maior nesse volume, suficiente para dar vazão ao aumento de produção em curso e, assim, evitar um crescimento na oferta para o mercado interno.

As projeções de crescimento do PIB em 2006, acima de 3%, o aumento real do poder de compra da população, que tem seu rendimento vinculado ao salário mínimo, e a suposta adoção de ações que favorecem o consumo durante o ano eleitoral configuram um cenário favorável ao aumento do consumo da carne suína. Por outro lado, as projeções indicam que deverá ocorrer também uma oferta generosa de carne de frangos e de bovinos. Dessas, a carne bovina é a que demonstra maior potencial para iniciar alguma recuperação de preços no período, desde que se normalizem as exportações bloqueadas, por causa dos episódios de aftosa. A conclusão desse quadro é de que não existe uma predominância de fatores que, naturalmente, contribuirão para um aumento do consumo per capita da carne suína em 2006. Entretanto, ações de promoção junto ao consumidor podem se constituir em boa oportunidade neste período em que haverá melhor paridade de preços entre as carnes, ao mesmo tempo em que o cenário macroeconômico deverá favorecer o consumo de carnes em geral. ■

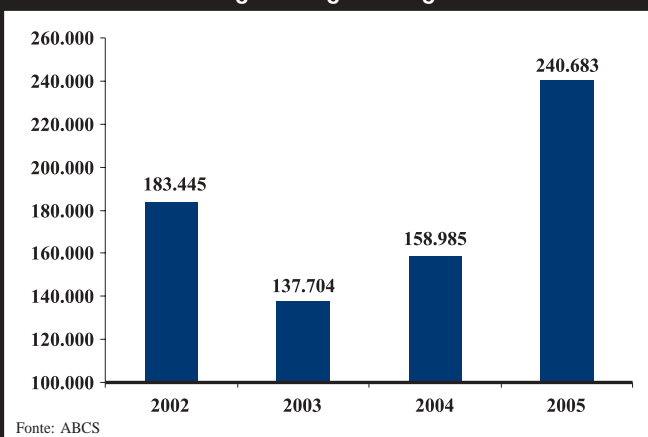
* Diretor Superintendente da Agrocere PIC
E-mail: Fernando@agrocere.com.br

Brasil: exportação de carne suína



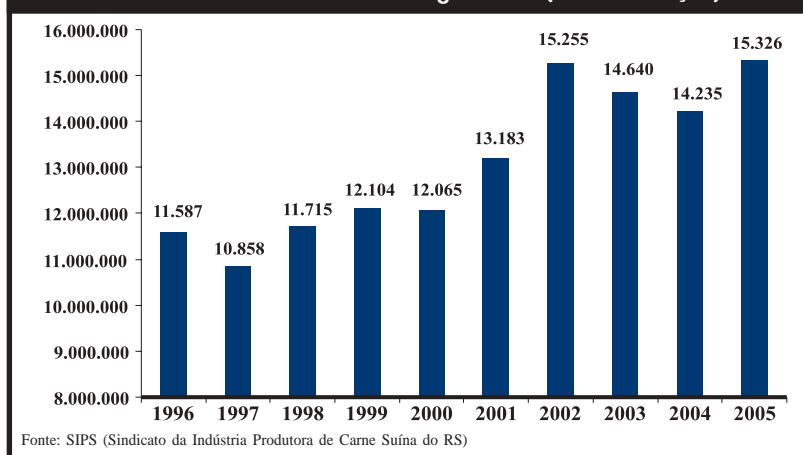
Fonte: SECEX e ABIECS

Número de registros genealógicos emitidos



Fonte: ABCS

Volume de Abate SIF na Região Sul (1000 cabeças)



Fonte: SIPS (Sindicato da Indústria Produtora de Carne Suína do RS)